



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 216/XII/4.ª SL

28.outubro.2014 – 15h00

Aos 28 dias do mês de outubro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF

5. Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Isidro Araújo - PSD

6. Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª – “Aprova o Orçamento do Estado para 2015”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Pedro Delgado Alves - PS

7. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a posição a tomar em nome da União Europeia no que respeita à elaboração de uma lista de 15 árbitros para o Protocolo relativo à Cooperação no domínio da Cultura no âmbito do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro **COM (2014) 543**.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Autor do Parecer:** Michael Seufert - CDS-PP

8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a execução da estratégia de cooperação internacional no domínio da investigação e da inovação **COM (2013) 567**.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer:** PCP
- Apresentação do Parecer na reunião de 18 de novembro

9. Projeto de Resolução 1131/XII/4ª do PCP, Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre

- **Discussão em Comissão**

10. Requerimento do BE para a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação da Lei do Cinema.

- **Apreciação e votação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena.

A Sra. Presidente submeteu à consideração dos presentes a proposta de inclusão, na Ordem do Dia, da fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.^a (PCP) - *Recomenda ao Governo a resolução dos constrangimentos que persistem no Instituto Politécnico do Cávado e Ave através da construção da residência universitária e da escola superior de tecnologia*, entretanto recebida na Comissão, o que foi aceite.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata n.º 215, de 21 de outubro

A ata n.º 215, relativa à reunião de 21 de outubro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. A Sra. Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1135/XII (PSD-CDS-PP) - *Classifique o Mosteiro de Tibães como Imóvel de Interesse Nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional*, tendo os proponentes solicitado a sua discussão no Plenário.

3.2. Solicitou ainda a posição dos Grupos Parlamentares relativamente aos trabalhos a realizar na Comissão durante o período de discussão do Orçamento do Estado para 2015. Após as intervenções dos Srs. Deputados Rita Rato (PCP), Catarina Martins (BE), Michael Seufert (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD) e Acácio Pinto (PS), a Comissão deliberou, por unanimidade, não realizar reuniões de Comissão nem de grupos de trabalho, a não ser para trabalhos no âmbito do Orçamento ou para questões que se considerem urgentes.

3.3. A Sra. Presidente deu ainda conta de um pedido de cedência de espaço dirigido ao gabinete do Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República para a realização, no dia 7 de novembro, do Encontro Nacional da Estrutura do Desporto Escolar 2014/2015, cujo programa foi distribuído, e solicitou a posição dos Grupos Parlamentares em relação ao mesmo.

Intervieram sobre este assunto os Srs. Deputados Rita Rato (PCP), Acácio Pinto (PS), Catarina Martins (BE), Michael Seufert (CDS-PP) e Amadeu Albergaria (PSD), que consideraram que não compete à Comissão pronunciar-se em relação à cedência de espaços na Assembleia da República, para uma reunião de trabalho do Ministério da Educação e Ciência, cabendo ao gabinete do Sr. Secretário-Geral decidir sobre esta matéria.

As Sras. Deputadas Rita Rato (PCP) e Catarina Martins (BE) manifestaram-se ainda contra o facto de o programa prever a participação do Presidente da Comissão e de não espelhar o equilíbrio democrático do Parlamento.

3.4. A Sra. Presidente deu também conta de um pedido de pronúncia dirigido à Comissão, pelo Gabinete do Sr. Secretário-Geral da AR, relativamente a uma eventual prorrogação do prazo da exposição “Cem anos de presidência – Esculturas em barro de Joaquim Esteves”. Esta proposta resultou de uma solicitação do Museu, na sequência de pedidos de visita à exposição, durante o mês de novembro, por parte de grupos de cidadãos.

Intervieram, sobre esta matéria, os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Catarina Martins (BE), Acácio Pinto (PS), Rita Rato (PCP) e Amadeu Albergaria (PSD), que entenderam que a Comissão não deve tomar qualquer decisão sobre esta matéria, por considerarem que extravasa as suas competências.

3.5. A Sra. Presidente anunciou que foi recebido um pedido de audiência do Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino (SIEE), que pretendem alertar para os impactos, no sistema educativo e



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

nas instituições de ensino, e bem assim nas condições de trabalho e situação sócio-profissional dos Inspetores, da fuga para a aposentação, por um lado, e, por outro, das medidas específicas apresentadas em sede da Lei do Orçamento do Estado para 2015. Foram ainda indicadas as propostas de datas apresentadas pelo SIEE (29 e 31 de outubro e 20 e 21 de novembro e depois de 26). Cabe ao PS indicar o Deputado-piloto que procederá ao agendamento da audiência, que será aberta a todos os Deputados.

3.6. Foram apreciados os relatórios de visitas/audiências concedidas às entidades abaixo, não se tendo registado qualquer observação em relação às mesmas:

- Audiência concedida, pelo GT| Desporto, a representantes da GNR;
- Audiência concedida, pelo GT| Desporto, a representantes da PSP;
- Audiência concedida à Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF);
- Encontro de trabalho de Deputados da Comissão com o Embaixador da República Islâmica do Irão.

4. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF

A Sra. Presidente apresentou as boas-vindas à delegação da FENPROF, constituída pelos Professores Vanda Lima e Silva, Albertina Pena, Maria José Silva, Lucinda Ribeiro, António Dutra e Paulo Peralta, que agradeceram a celeridade no agendamento da audiência e apresentaram as principais preocupações do setor, nomeadamente no que se refere aos horários de trabalho, ao elevado número de alunos por turma, ao regime de docência, à gestão das escolas e ao regime de aposentação.

Procederam à entrega de dois [documentos aprovados na 4.ª Conferência Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico](#) - Resolução e Caderno Reivindicativo -, que sintetizam as posições da FENPROF sobre um conjunto alargado de matérias e alertaram os grupos parlamentares para a desorganização e a ausência de um projeto para o 1.º ciclo de ensino. Para além destas questões, referiram-se ainda à falta de condições para a realização de exames no presente ano letivo, à ausência de técnicos e assistentes operacionais, ao funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular e à colocação de professores. Terminaram, defendendo a alteração do modelo de docência, entendendo que as equipas devem funcionar em coadjuvação, como está, aliás, previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), que agradeceu a exposição e sublinhou a importância do 1.º ciclo para o bom desenvolvimento das crianças. Colocou de seguida algumas questões, designadamente sobre a posição da FENPROF relativamente à afetação de docentes às escolas, e manifestou ainda preocupação relativamente à questão da coadjuvação, afirmando que o PSD procurará aferir o que se passa nas escolas, entendendo que se pretende um trabalho complementar na sala de aula. No que concerne à dimensão das turmas, referiu-se aos dados da OCDE, que colocam Portugal abaixo do número médio de alunos por turma.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) agradeceu a exposição e referiu-se à importância deste debate dedicado especificamente ao 1.º ciclo. Fez alusão ao encerramento de escolas, entendendo que não permitiu elevar as condições de aprendizagem do 1.º ciclo, como se previa, uma vez que os problemas persistem, existindo ainda turmas mistas. Fez ainda referência ao [Projeto de Lei apresentado pelo PS, que estabelece o número mínimo e máximo de alunos por turma](#), que foi rejeitado, e relativamente às aulas de compensação, considerou importante o equilíbrio dentro da componente letiva.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) agradeceu a exposição e referiu-se à importância dos documentos entregues para o trabalho dos Deputados. Fez ainda alusão ao número de alunos por turma, à coadjuvação, tema sobre o qual referiu nada ter ouvido recentemente no debate público, e ainda sobre a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) saudou os representantes da FENPROF pela realização da Conferência, sublinhando que se tem verificado um desinvestimento no financiamento da escola pública, conduzindo à sua desvalorização. Referiu-se também ao encerramento de escolas, considerando que não permitiu melhorar as condições do ensino, mas antes contribuir para o despedimento de professores, às Atividades de Enriquecimento Curricular e ao incumprimento da redução do número de alunos por turma quando integram alunos com necessidades educativas especiais.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) cumprimentou a delegação da FENPROF e disse acompanhar as reivindicações apresentadas. Referiu-se ao subfinanciamento do ensino básico, cujos cortes rondam os 400 milhões de euros, às Atividades de Enriquecimento Curricular e à precariedade que lhe está associada e ao número de alunos por turma. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente sobre a posição que defendem para a colocação dos professores, sobre as condições para a realização de exames, no caso dos alunos cujos professores foram colocados tardiamente, e ainda sobre a necessidade de pessoal não docente.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da FENPROF referiram-se aos problemas decorrentes da colocação de professores através da Bolsa de Contratação de Escola, defendendo a colocação por concurso público, com base na graduação profissional. Consideraram não estar reunidas as condições para os alunos que iniciaram as aulas tardiamente poderem realizar os seus exames e defenderam a criação de equipas multidisciplinares a funcionar de forma articulada.

Relativamente ao horário de trabalho dos professores do 1.º ciclo, defenderam que deverá ser uniformizado para as 22 horas letivas, e entendem que as turmas deverão ser constituídas por um máximo de 19 alunos de um único ano de escolaridade e, só excecionalmente, por dois anos de escolaridade, não devendo ultrapassar, nesse caso, os quinze alunos. Turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não deverão exceder os 12 alunos.

Defenderam ainda que os processos de coadjuvação sejam regulados de forma objetiva e não fiquem dependentes da existência de recursos humanos em cada agrupamento e que seja desenvolvido um processo de debate, em torno da forma de organização de equipas educativas para a lecionação do currículo do 1º Ciclo do ensino básico.

Terminaram, considerando que a aposentação antecipada deverá poder ser requerida por docentes com 30 ou mais anos de serviço e 55 ou mais de idade, revogando as disposições de agravamento da aposentação antecipada;

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. [Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª](#) - “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015”

O parecer foi apresentado pelo relator, Deputado Isidro Araújo (PSD), tendo a Deputada Diana Ferreira (PCP) informado que o PCP votaria contra e entregaria uma declaração de voto, por se verificar o agravamento das condições e o desmantelamento da Educação.

O parecer foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS e CDS-PP e os votos contra da Deputada do PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

6. [Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª](#) - “Aprova o Orçamento do Estado para 2015”

A Deputada Rita Rato (PCP) contestou o facto de o parecer ter sido apresentado com uma antecedência inferior a 48 horas, indicando que isso prejudica a análise adequada e contraria as regras estabelecidas na Comissão, relativamente ao prazo para apresentação de pareceres. O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) justificou o atraso com o prazo reduzido para a elaboração do parecer e afirmou ainda que os Deputados têm oportunidade de discutir e debater esta matéria, não apenas nas audições com os membros do Governo, mas também em Plenário.

O parecer foi apresentado pelo relator, Deputado Pedro Delgado Alves (PS), tendo a Deputada Diana Ferreira (PCP) informado que o PCP votaria contra e entregaria uma declaração de voto, uma vez que o Orçamento do Estado gera o despedimento e a diminuição de professores, para além de entenderem que a Proposta de Lei não assegura as regras constitucionais.

O parecer foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS e CDS-PP e os votos contra da Deputada do PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

7. [Proposta de DECISÃO DO CONSELHO](#) sobre a posição a tomar em nome da União Europeia no que respeita à elaboração de uma lista de 15 árbitros para o Protocolo relativo à Cooperação no



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

domínio da Cultura no âmbito do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro [COM \(2014\) 543](#)

O relator, Deputado Michael Seufert (CDS-PP), apresentou o parecer e suscitou dúvidas em relação à mais-valia de pareceres deste género. A votação do parecer foi adiada para a reunião seguinte, por solicitação da Deputada do PCP.

8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a execução da estratégia de cooperação internacional no domínio da investigação e da inovação [COM \(2013\) 567](#)

A Comissão consensualizou não escrutinar a iniciativa em causa.

9. [Projeto de Resolução n.º 1131/XII/4.^a](#), do PCP, Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Diana Ferreira (PCP), tendo tido intervenção no debate os Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e a Deputada do PCP.

A informação respeitante ao debate e a respetiva gravação estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 1131/XII/4.^a](#).

10. Requerimento do BE para a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação da Lei do Cinema.

A Deputada Catarina Martins (BE) justificou a apresentação do requerimento referindo, em síntese, que o financiamento constante da Lei do Cinema, com base numa taxa própria, não é debatido no âmbito do Orçamento do Estado, porque não tem relação com este.

Indicou depois que se verificavam problemas nos júris dos concursos dos apoios ao cinema, verificando-se a demissão de elementos dos mesmos representantes de várias entidades, com efeitos na atribuição dos apoios, o que exigia a audição urgente do Secretário de Estado sobre a matéria. Concluiu solicitando a audição daquele membro do Governo sobre o financiamento ao cinema através de concurso já na semana seguinte ou imediatamente após a discussão do Orçamento do Estado.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) indicou que o PS, por regra, viabiliza sempre os pedidos de audição. Referiu depois que o novo modelo de seleção de júris tem levantado muita polémica, entendendo que deve ser reanalisado. Defendeu ainda que os concursos devem abrir atempadamente e estiveram paralisados durante 2 anos, pelo que concordam com a audição.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) informou que não acompanham o requerimento, referindo que o diploma de escolha dos júris é de 2013 e os membros dos mesmos se mantiveram, pelo que estranha as respetivas dúvidas. Defendeu ainda que uma alteração legislativa, a acontecer, deveria ser feita ponderadamente e equacionada na audição regimental.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) argumentou que pelo 2.º ano o modelo implica polarização, que não parece clara.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) questionou se a alteração dos normativos em vigor é urgente e se no cumprimento da lei os resultados são sempre do agrado de todos os intervenientes, defendendo que a atribuição de verbas envolve critérios subjetivos, que são sempre questionáveis. Salientou ainda que a matéria pode ser discutida em sede de Orçamento do Estado e que não estão em causa os concursos para 2015.

A Deputada Catarina Martins (BE) realçou que a maioria defende nuns casos a discussão destas matérias no âmbito do Orçamento do Estado e noutros não. Por último, salientou que há pessoas com posições diferentes na Secção Especializada e reiterou que só pediram que se ouça o Secretário de Estado, e não outras entidades, sobre o modelo adotado.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP, os votos a favor dos Deputados do PS, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

11. Redação final do [Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.ª](#) (PCP) - *Recomenda ao Governo a resolução dos constrangimentos que persistem no Instituto Politécnico do Cávado e Ave através da construção da residência universitária e da escola superior de tecnologia*

A proposta de redação final do [Projeto de Resolução n.º 1129/XII/4.ª](#), apresentada pela Divisão de Apoio ao Plenário, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência das Deputadas do BE e do PEV, ressalvando-se que as palavras Escola Superior de Tecnologia e Instituto seriam escritas com iniciais maiúsculas.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

6 de novembro – Audição do Ministro da Educação e Ciência, no âmbito do Orçamento do Estado.

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de outubro de 2014

A VICE-PRESIDENTE

(Nilza de Sena)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 6 de novembro de 2014.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Duarte Marques
Elza Pais
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria da Conceição Caldeira
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Catarina Martins
Diana Ferreira
Emília Santos
Hugo Lopes Soares
João Prata
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Pedro Lynce
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Inês de Medeiros
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco